



The Forests Dialogue

TFD STEERING COMMITTEE 2018

Lennart Ackzell

Federation of Swedish Family Forest Owners – Sweden

Chris Buss, TFD Co-Leader

International Union for Conservation of Nature (IUCN) – Switzerland

Marcus Colchester

Forest Peoples Programme (FPP) – United Kingdom

Crystal Davis

World Resources Institute – USA

Gerhard Dieterle

International Tropical Trade Organization (ITTO) – Japan

Amity Doolittle

Yale University, School of Forestry and Environmental Studies – USA

Gary Dunning

The Forests Dialogue (TFD) – USA

David Ganz

The Center for People and Forests (RECOFTC) – Thailand

Paula Guimarães

The Navigator Company – Portugal

Werner Kornel

Profor - World Bank – USA

Skip Krasny, TFD Co-Leader

Kimberly-Clark – USA

Andrey Kushlin

The Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) – Italy

Victor Lopez

Ut'z Che' - Guatemala

Antti Marjokorpi

Stora Enso – Finland

Chris Meyer

Environmental Defense Fund (EDF) – USA

Ivone Namikawa, TFD Co-Leader

Klabin – Brazil

Mary Ndaru

Care – Tanzania

Cécile Ndjebet

African Women's Network for Community Management of Forests (REFACOF) – Cameroon

Isilda Nhamumbo

International Institute for Environment and Development (IIED) – United Kingdom

Milagre Nuvunga

MICAIA Foundation – Mozambique

(continued)

The Forests Dialogue

ENGAGE! EXPLORE! CHANGE!

Diálogo de Campo sobre Plantações de Árvores na Paisagem no Brasil

12–16 de março de 2018 | Espírito Santo e

Bahia, Brasil

Documento Base

Por: Beto Mesquita

APRESENTAÇÃO

Atualmente o cultivo de árvores fornece um terço da madeira industrial do mundo, proporção que deve aumentar expressivamente nas próximas décadas. Esta atividade possui potencial para prestar serviços ambientais, bem como benefícios sociais, a exemplo do combate às mudanças climáticas e esforços de conservação. No entanto, diversos aspectos do cultivo de árvores foram e continuam sendo controversos, como o receio de que os custos ambientais e sociais correlatos superem com frequência os benefícios produzidos.

A iniciativa 'TPL' (sigla em inglês para "Tree Plantations in the Landscape", ou plantações de árvores na paisagem) explora a evolução das questões acerca das plantações de árvores no contexto maior da paisagem, ao envolver as principais partes interessadas em níveis internacional, nacional e local. O The Forests Dialogue (TFD) lançou a iniciativa TPL em setembro de 2015, durante o XIV Congresso Mundial Florestal, na África do Sul, com o primeiro diálogo de campo tendo sido realizado no Chile, em 2016. A Iniciativa TPL no Brasil se baseará na reunião anterior do TFD sobre Silvicultura com Manejo Intensivo (cuja sigla em inglês é IMPF, ou Intensively Managed Planted Forests), realizada em 2008, a qual identificou medidas ambientais e sociais prioritárias.

As medidas ambientais apontadas como prioritárias em 2008 incluíram o desenvolvimento do zoneamento ambiental, promoção de espécies nativas, restauração de áreas degradadas, promoção de incentivos para a conservação, manejo dos impactos da silvicultura intensiva e fortalecimento das agências ambientais locais. Na ótica social, os participantes identificaram a necessidade do reconhecimento dos povos indígenas e dos direitos à terra pelas comunidades locais, procedimentos de Consentimento Livre, Prévio e Esclarecido, necessidade de tratamento adequado para a pegada social da atividade, distribuição de benefícios, reforma fiscal e tributária

The Forests Dialogue, Yale University, 360 Prospect Street, New Haven, Connecticut, 06511, USA

O: +1 203 432 5966 T: @forestsdialogue W: www.theforestsdialogue.org E: info@theforestsdialogue.org



The Forests Dialogue

TFD STEERING COMMITTEE 2018 (CONTINUED)

Miriam Prochnow
Apremavi – Brazil

Kittisak Rattakrajangri
Indigenous Peoples Foundation
for Education and Environment –
Thailand

Matthew Reddy
World Business Council for Sustainable
Development (WBCSD) – Switzerland

Francisco Rodríguez
CMPC - Chile

Christopher Stewart
Olam – United Kingdom

justa, que incentive a proteção e restauração, mitigação dos efeitos sociais negativos e a identificação de alternativas econômicas para as comunidades.¹

De acordo com KANOWSKI & MURRAY (2008), “o processo de Diálogo IMPF do TFD confirmou a relevância bem como o valor dos princípios enunciados pela FAO para o Manejo Responsável de Florestas Plantadas, enfatizando que sua interpretação deve ser diferenciada de acordo com os contextos e realidades locais, e na escala das atividades silviculturais implementadas.”

Veja a seguir a relação completa dos fatores considerados como de ‘importância crítica’ para projetos e práticas bem-sucedidas de silvicultura intensiva, assim como as quatro principais recomendações derivadas da reunião ‘IMPF’ ocorrida de 2008.

Fatores de ‘importância crítica’ para projetos e práticas da silvicultura intensiva:

- Boa governança, para obter efeitos socialmente justos e ambientalmente benéficos derivados dos investimentos na silvicultura com fins econômicos;
- Elevados níveis de responsabilidade social por parte das empresas, em especial, porém não apenas, onde a governança territorial seja fraca;
- Respeito aos direitos das comunidades indígenas e locais, com base no reconhecimento do princípio do consentimento livre, prévio e esclarecido para as atividades que afetem tais direitos;
- Empoderamento da força de trabalho regional, inclusive de pequenos agricultores e contratados através da:
 - Maximização de contratos formais e emprego para trabalhadores que se ocupam com trabalho ‘regular’;
 - Incentivo à auto-organização para pequenos agricultores e contratados;
 - Cumprimento dos padrões básicos preconizados pela Organização Internacional do Trabalho.
- Planejamento efetivo integrado do uso da terra, para proteger áreas de alto valor de conservação e cultural, para integrar as plantações de árvores com outros usos da terra e outras atividades econômicas e para mitigar mudanças climáticas;
- Estabelecer e possibilitar o diálogo e processos de resolução de conflitos que atendam aos interesses bem como as preocupações das partes interessadas, promovendo parcerias de benefício recíproco;
- Explorar e implantar modelos de desenvolvimento com base na silvicultura,

¹ <http://theforestdialogue.org/publication/tfd-review-intensively-managed-planted-forests>

pondo em prática estes princípios, por exemplo, conforme as diretrizes da FAO para o Manejo Responsável de Florestas Plantadas.

RECOMENDAÇÕES DO DIÁLOGO IMPF DO TFD:

Recomendação 1 – Os governos nacionais e estaduais deverão:

- ➔ Reconhecer princípios como os enunciados pela FAO para o Manejo Responsável de Florestas Plantadas;
- ➔ Implantar processos de planejamento integrado do uso da terra, abrangendo os usos da terra relevantes ao desenvolvimento da silvicultura intensiva; tais processos deverão reconhecer e tratar dos direitos e interesses de todas as partes interessadas relevantes.

Recomendação 2 – As instituições financiadoras ou que garantem investimentos à silvicultura deverão:

- ➔ Implantar os Princípios do Equador, atualmente aplicados em apenas poucos casos;
- ➔ Realizar inspeções mais eficazes nos investimentos ligados às IMPF;
- ➔ Co-investir com os governos para criar boas estruturas de governança e fortalecer as capacidades locais;
- ➔ Incentivar a utilização de certificação independente como meio de avaliar o desempenho social e ambiental dos investimentos.

Recomendação 3 – As empresas ocupadas com atividades de silvicultura intensiva deverão:

- ➔ Ser proativas no exercício de suas responsabilidades sociais empresariais, em especial para preencher as lacunas nas capacidades e nos processos de governança;
- ➔ Planejamento responsável de projetos;
- ➔ Planejamento adequado do uso da terra, abrangendo:
 - Avaliação abrangente dos serviços dos ecossistemas associados ao projeto, por exemplo, mediante uma Revisão Empresarial dos Serviços dos Ecossistemas;
 - Aquisição e gestão de terras consoante ao princípio FPIC e com a adequada consulta às comunidades locais e demais partes interessadas;
- ➔ Adoção de abordagem criteriosa, com investimento equivalente em capacidade de processamento à oferta de recursos pelas IMPF, no lugar de seu uso para alavancar a oferta de recursos;
- ➔ Definição do real empenho das partes interessadas nos processos para resolução de conflitos.
- ➔ Apoio à infraestrutura jurídica básica necessária para a adesão, bem como participação dos povos indígenas e das comunidades locais.

Recomendação 4 – Governos, agências, empresas e pessoas envolvidas com a silvicultura intensiva deverão:

- ➔ Seguir modelos de desenvolvimento que compartilhem benefícios e custos de forma justa. Isto significa, porém não se limita à:
 - Restrição de investimentos àqueles nos quais os custos ambientais não excedam os benefícios;
 - Aceitação de que alguns proprietários, inclusive os que possuem direitos tradicionais, poderão optar por não aderir à silvicultura intensiva;
 - Adoção de parcerias entre partes interessadas que promovam e incentivem a sustentabilidade, em termos econômicos, ambientais e sociais;
 - Adoção de práticas de gestão florestal sustentável e sua verificação mediante esquemas críveis de certificação;
 - Obtenção de recursos adequados ao local e acordos de trabalho que observem os padrões básicos preconizados pela Organização Internacional do Trabalho;
 - Construção e fortalecimento das capacidades das comunidades locais, para se beneficiarem a seu critério da silvicultura intensiva.

Este Diálogo de Campo sobre Cultivo de Árvores na Paisagem será o primeiro esforço em parceria com a plataforma New Generation Plantation (NGP), lançada há dez anos pela WWF com a participação de diversas empresas e órgãos florestais governamentais. A NGP tem a intenção de identificar e promover melhores práticas para implementação e gestão da silvicultura intensiva, com aprendizado e adoção de experiências de todo o mundo. Embora com diferentes abordagens e contextos, os participantes acreditam que na medida do crescimento do cultivo de árvores, nas próximas décadas, os mesmos podem e devem trazer benefícios reais às pessoas e à natureza.

Para complementar e apoiar os processos existentes no setor, a iniciativa TPL foi criada para incentivar a troca de ideias através de diálogos centrados nas cinco principais áreas de interesse relacionadas ao cultivo de árvores na paisagem, a seguir enumeradas:

- ➔ Rever as questões levantadas no Diálogo IMPF de 2008, observando os resultados alcançados e as mudanças realizadas pelas empresas, bem como novas questões e preocupações;
- ➔ Identificar o papel do diálogo para complementar outros processos internacionais;
- ➔ Reunir e compartilhar aprendizados e melhores práticas sobre os processos correlatos;
- ➔ Catalisar e apoiar processos em níveis regional e nacional;
- ➔ Criar alianças, ampliar abrangência e ocupar-se da colaboração com parceiros, evitando duplicidade e sobreposição de esforços.

SÍNTESE SOBRE O CONTEXTO BRASILEIRO DA SILVICULTURA E DO CULTIVO DE ÁRVORES

O Brasil é um dos principais países para a silvicultura econômica na América Latina, sendo o maior produtor mundial de celulose de eucalipto. A demanda global tem propiciado uma evolução constante da lucratividade do setor no Brasil, que em 2015 representava 6% do PIB industrial brasileiro. Tal crescimento se reflete na expansão da área plantada. Em 2016, o Brasil possuía 7,8 milhões de hectares de plantações de árvores, que eram 5,6 milhões em 2005. Atualmente, levando-se em conta todo o setor de base florestal, cerca de 70% da área plantada com árvores está certificada. No tocante a papel e celulose, este valor se situa em torno de 95%.

Para fazer frente à demanda dos mercados internos e emergentes, o Brasil pretende ampliar até 2025 a área plantada com árvores para 15 milhões de hectares, dos quais 5,4 milhões serão para a produção de papel e celulose. Os atuais projetos em planejamento ou implementação, incluindo ampliação de instalações industriais e construção de novas unidades, preveem investimentos da ordem de US\$ 11,5 bilhões, entre 2016 e 2020.

Em 2014, o Brasil era o quarto produtor mundial de celulose, com 15 milhões de toneladas, atrás apenas de Canadá, China e Estados Unidos. O Brasil é o nono produtor mundial de papel (10,4 milhões de toneladas anuais). A maioria dos produtores de celulose do Brasil fornecem para mercados externos, com expressivas e crescentes exportações para a China. Atualmente, a China é o segundo maior mercado internacional para a celulose do Brasil, atrás da Europa, com 35% das exportações brasileiras e crescimento à razão de 8% ao ano.

Como impacto positivo ambiental, os 7,8 milhões de hectares do cultivo de árvores absorvem 1,7 bilhão de toneladas de CO₂ eq. da atmosfera. Ademais, as empresas do setor florestal que atuam no Brasil possuem 5,6 milhões de hectares de áreas naturais, entre Áreas de Preservação Permanente (APPs), Reservas Legais (RLs) e Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), representando um estoque médio de 2,5 bilhões de toneladas de CO₂ eq., bem como a proteção da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos.

PLANTAÇÕES DE ÁRVORES NO CORREDOR CENTRAL DA MATA ATLÂNTICA: PERSPECTIVA REGIONAL

Como ocorre na escala planetária, as florestas remanescentes e a biodiversidade não se acham igualmente distribuídas na Mata Atlântica. Algumas regiões concentram grande parte das florestas remanescentes bem como as espécies endêmicas, ou seja, existentes apenas naquele local. O Corredor Central da Mata Atlântica (CCMA) é uma destas regiões e, por isso, é chamado pelos cientistas como um “hotspot dentro de um hotpost”. Ou seja, na escala da Mata Atlântica, considera-se o CCMA como uma região da mais alta prioridade para receber iniciativas de conservação e restauração florestal.

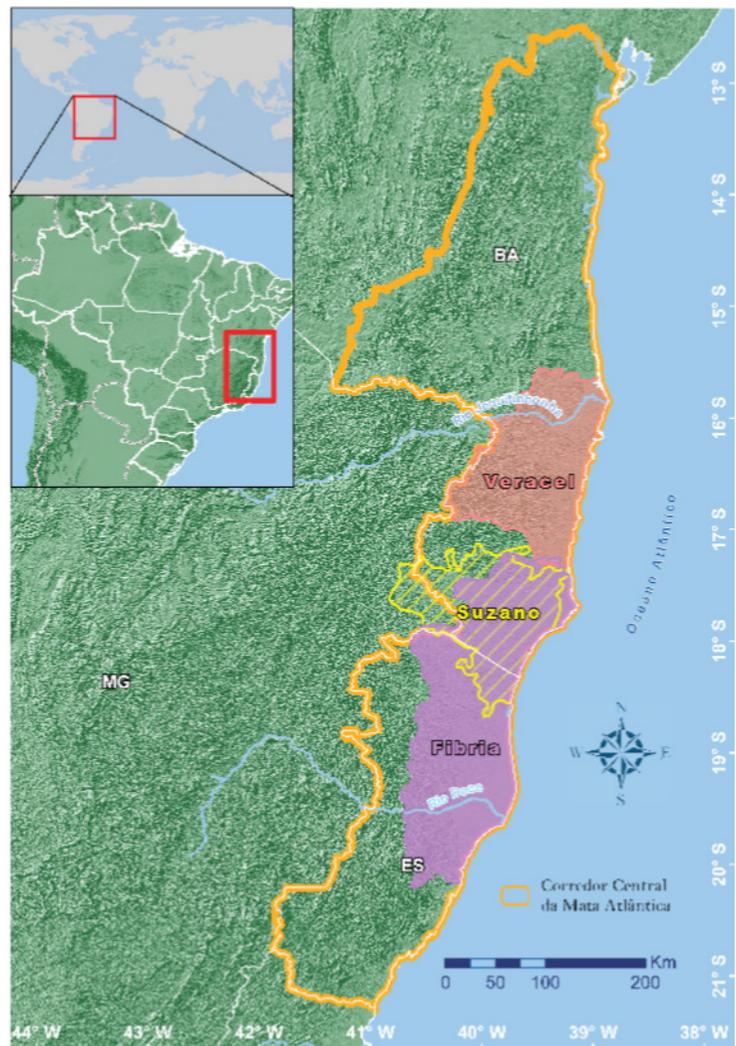
Estendendo-se sobre as regiões do Baixo Sul, Sul e Extremo Sul da Bahia e englobando todo o estado do Espírito Santo, o CCMA cobre 213 mil km², incluindo áreas marinhas (37%) e terrestres (63%), estendendo-se por mais de 1200 km do litoral. A porção terrestre comporta mais de 95% de terras

particulares, achando-se o restante sob ocupação de unidades de conservação federais, estaduais e municipais, assim como terras indígenas e territórios quilombolas.

Esta região, que abrange 49 municípios nos estados da Bahia e do Espírito Santo, é o lar de um milhão de pessoas e concentra as maiores florestas remanescentes da Mata Atlântica do Nordeste. Estes fragmentos servem de habitat para uma grande quantidade de espécies ameaçadas de extinção, muitas destas endêmicas, ou seja, encontradas apenas nesta região, tornando-as críticas para a proteção da biodiversidade global. Em decorrência, muitas unidades de conservação da região, inclusive parques nacionais e a RPPN Estação Veracel, foram reconhecidas pela UNESCO como Sítios do Patrimônio Natural Mundial. Os ecossistemas marinhos da região se destacam por abrigarem a maior biodiversidade marinha do Atlântico Sul, com cerca de 1300 espécies detectadas.

Na porção terrestre, o relevo conhecido por ‘tabuleiros costeiros’ – planícies intercaladas por vales em forma de “U” e de “V” – favorece a produção agrícola junto com a silvicultura, implantadas nas áreas planas, e a proteção dos vales que abrigam córregos e rios. Devido às condições naturais do clima, relevo e solo, esta região é considerada como um dos locais mais produtivos do mundo para a silvicultura.

Além das condições naturais, a disponibilidade de terra com baixo custo de oportunidade e a infraestrutura existente atraíram a indústria de papel e celulose para a região desde os anos 1970 e 1980. Atualmente, a região que visitaremos durante este encontro possui cultivos de eucaliptos e fábrica de papel e de celulose de três grandes produtores. Fibria, Suzano e Veracel possuem juntas uma área de 919 mil hectares, sendo 591 mil hectares (64,3%) ocupados com plantações de eucalipto e 328 mil hectares de outras áreas, a maioria coberta por florestas nativas remanescentes em diferentes estágios de desenvolvimento. A região é uma das maiores áreas do país com cultivos homogêneos de árvores, apresentando também grandes desafios, assim como oportunidades, para a expansão sustentável do setor. Em termos de empregos, as três empresas juntas geram 16.513 empregos diretos nesta região, entre funcionários próprios e terceirizados, incluindo os trabalhadores nas fábricas de papel e celulose e os que atuam no campo (plantações e outras áreas).



Áreas de influência das empresas de papel e celulose no Corredor Central da Mata Atlântica

ÁREA E COLABORADORES NAS UNIDADES DE BAHIA E ESPÍRITO SANTO	ÁREA TOTAL (HECTARES)	ÁREA COM PLANTAÇÕES DE EUCALIPTO (HECTARES)	NÚMERO DE COLABORADORES (DIRETOS + TERCEIRIZADOS)
FIBRIA	469.000	345.000	Fábrica: 1.823 Campo: 6.729
SUZANO	270.000	162.000	~4.600
VERACEL	180.000	84.000	3.361
TOTAL	919.000	591.000	16.513

Cerca de 70% do fornecimento de madeira destas fábricas tem origem nos cultivos das próprias empresas. Os 30% restantes são supridos por produtores locais, os quais ingressaram na cadeia de fornecimento mediante um bem-sucedido programa intensivo de formação de fomentados. Os produtores florestais fomentados são cruciais para a expansão sustentável da produção de papel e celulose no Brasil, e na próxima década espera-se que respondam por 40% a 50% da oferta de madeira para celulose no país.

Atualmente a produção anual de celulose na região situa-se em torno de 5 milhões de toneladas. As fábricas da Fibria, em Aracruz (ES) produzem 2,2 milhões de toneladas anuais, enquanto que Suzano produz 1,7 milhão em Teixeira de Freitas e a Veracel 1,1 milhão anuais em sua fábrica localizada em Eunápolis. Os fomentados contribuem com 1,25 a 1,5 milhão de toneladas anuais da produção total.

As três empresas juntas exportam mais de 80% de sua produção de celulose, a maior parte para Europa e China. Durante as duas décadas passadas, estas empresas se esforçaram para melhorar seu desempenho em sustentabilidade, visando obter e manter a certificação pelos sistemas FSC e Cerflor. Embora todas tenham logrado obter tais certificação para suas áreas próprias de cultivo, certificar os 30% da madeira oriunda dos fomentados continua sendo um grande desafio.

Pelo sistema atual, três em cada quatro fomentados não possui condições ou apoio para realizar o processo de certificação. Há seis anos a Veracel - joint venture entre Fibria e Stora Enso – realizou um investimento estratégico visando a certificação dos seus fomentados, alcançando praticamente 100% de sucesso. Fibria e Suzano, no entanto, continuam a enfrentar expressivos desafios nesta arena.

Iniciativa Mosaicos Florestais Sustentáveis

Infelizmente, estudos sobre os efeitos da silvicultura na biodiversidade são raros. As metodologias empregadas para estas avaliações com frequência não adotam a mesma metodologia e não possuem um padrão comum, o que dificulta a comparação dos resultados entre diferentes áreas e grupos de espécies. Isto impede uma análise integrada na escala da paisagem.

Com base em um compromisso corporativo para disseminar a adoção de práticas sustentáveis entre seus fornecedores, a Kimberly-Clark, maior compradora mundial de celulose, aceitou uma proposta da Conservation International e iniciou em 2004 um projeto audacioso. A intenção era criar uma iniciativa em escala global para desenhar e testar metodologias, procedimentos e práticas que levariam à criação de modelos para aperfeiçoar a gestão e a sustentabilidade da produção florestal.

Denominado Iniciativa Mosaicos Florestais Sustentáveis (IMFS), reuniu as três empresas da região – Fibria, Suzano e Veracel – assim como as organizações da sociedade civil Conservation International, IBIO e The Nature Conservancy. O objetivo era definir um modelo colaborativo e inovador de produção, conservação e geração de receitas.

A IMFS propôs que as três empresas adotassem uma metodologia única para avaliação da biodiversidade encontrada em suas áreas, com vistas a permitir análises mais precisas e confiáveis acerca dos impactos positivos e negativos da silvicultura na região.

DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA A ABORDAGEM ‘PLANTAÇÕES DE ÁRVORES NA PAISAGEM’ NO BRASIL

A produção de fibras de importância econômica e de recursos naturais em regiões tropicais, garantindo a subsistência das comunidades e protegendo os ecossistemas, é tarefa complexa e desafiadora.

Abordar a temática do cultivo de árvores na paisagem requer a consideração de vários fatores e vetores ambientais, sociais e econômicos. É a combinação destes fatores e sua correlação e inter-relação nas paisagens que determinará a tendência de sustentabilidade ou de conflitos. Na sequência, apresentam-se alguns dos aspectos, visões e fatores relativos ao cultivo de árvores que são cruciais para sua abordagem na escala das paisagens.

O mito do ‘Deserto Verde’

O termo ‘deserto verde’ foi cunhado no Brasil em fins dos anos 1960, referindo-se à vasta monocultura de árvores exóticas voltadas para a produção de papel e celulose. Naquela época, o termo já fazia alusão às futuras consequências que tais cultivos teriam no meio ambiente, inclusive a desertificação, erosão, erradicação da biodiversidade e deslocamentos humanos (DESERTO VERDE 2011).

Cabe ressaltar que o primeiro ciclo de expansão da silvicultura econômica no Brasil se deu durante o período da ditadura militar. Sob o pretexto de ampliar a ocupação de áreas remotas e aumentar a produção nacional de matérias primas, foi criado um programa de incentivo fiscal para financiar a implementação de plantações de árvores em monocultivo, basicamente pinus e eucaliptos.

Desde então, a expansão do complexo agroindustrial apoiado na monocultura em larga escala de árvores exóticas vem sendo objeto de pesadas críticas. Movimentos sociais, organizações da sociedade civil e alguns membros do Ministério Público se mantêm céticos quanto aos avanços do setor rumo à sustentabilidade. Para eles, a certificação dessas plantações não passa de um processo de ‘*green washing*’ e os espaços de diálogo e resolução alternativa de conflitos criados ao longo dos últimos anos – como o Diálogo Florestal Brasileiro e o Fórum Florestal do Extremo Sul da Bahia – não passam de estratégias de cooptação das lideranças socioambientais.

Agregadas sobretudo ao redor da ‘Rede Alerta contra o Deserto Verde’, estas organizações e lideranças seguem denunciando impactos de ordem social – como o avanço das monoculturas e árvores sobre

territórios indígenas, quilombolas e comunitários. Além destes, ressaltam também o que consideram como consequências negativas para o meio ambiente, como a redução da biodiversidade e o esgotamento de corpos hídricos (Deserto Verde, 2011).

Abaixo, reproduzimos três parágrafos retirados da cartilha “*Deserto Verde: Os impactos do cultivo de eucalipto e pinus no Brasil*”, publicada em 2011 pela organização Repórter Brasil.

“Uma das questões mais controversas envolvendo o setor diz respeito aos impactos ambientais gerados pelos plantios de eucalipto e pinus, sobretudo, às avaliações de que essas árvores exóticas consomem muita água e contribuem para a diminuição do fluxo de rios e córregos. O setor empresarial defende a atividade de “florestas plantadas” como ambientalmente correta e enumera pontos positivos, como a alta taxa de sequestro de gás carbônico e a restauração de áreas degradadas, principalmente, por pastagens. Também considera um mito as acusações de que o eucalipto consome muita água e contribui para a degradação das fontes hídricas. Por outro lado, alguns ambientalistas e entidades de luta pela terra preferem chamar as plantações de “deserto verde” e sustentam que as monoculturas não podem ser consideradas “florestas”, devido à pequena biodiversidade em seu interior.

O manejo não adequado das plantações pode contribuir para a erosão e para a perda de nutrientes. Qualquer monocultura em larga escala, seja ela uma vasta pastagem, uma lavoura de soja ou uma plantação de cana-de-açúcar, contribui para o desgaste de recursos naturais – como o solo – essenciais à preservação da integridade das fontes hídricas. Não raro, o plantio de eucalipto e pinus se instala em locais de histórico desrespeito à legislação ambiental, onde os danos se encontram acumulados há décadas pelo mau uso do espaço agrícola.

O tamanho das plantações é outro fator importantíssimo. Estudo realizado pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (ESALQ/USP) sustenta que não há impactos significativos desde que as plantações florestais ocupem até 20% da área da microbacia hidrográfica em que ela se localiza. O problema é que as plantações de eucalipto ocupam áreas imensas e, não raro, esse limite é desrespeitado, provocando alterações.”

No ano seguinte, porém, o Diálogo Florestal Brasileiro publicou o *Volume 4 do Cadernos do Diálogo Florestal*, voltado especialmente para o tema “Silvicultura e Biodiversidade”. Abaixo, reproduzimos alguns trechos extraídos desta publicação:

“O primeiro ponto que devemos desmitificar é a ideia de que as regiões de floresta plantada são um “deserto verde” – como argumentado por alguns textos jornalísticos. Em um resumo dos estudos apresentados, podemos dizer que as culturas de eucalipto apresentam uma biodiversidade razoável, embora com uma riqueza e abundância,

normalmente, menores que as áreas naturais. Também foi importante notar que tais variações dependem do grupo que se está estudando. Grupos mais exigentes terão mais dificuldade na ocupação nesses lugares, grupos menos exigentes terão mais facilidade. (...)

Dentro dessa perspectiva, percebemos que para uma análise mais abrangente devemos entender a importância das regiões de silvicultura no contexto da paisagem. Ou seja, pensar não na comparação entre florestas nativas e plantadas, mas na organização e tamanho dos fragmentos do entorno. Um olhar através da ecologia de paisagem. (...)

Dentre os artigos e relatórios analisados, percebe-se que a modificação causada pelas florestas plantadas causa um impacto ambiental. No entanto, muito menor do que ilustrado por alguns textos jornalísticos ou ambientalistas, que chamam essas regiões de “deserto verde”. Uma vez que, embora boa parte das espécies nativas pareça não ocupar as regiões de florestas plantadas, elas usam esses espaços para se locomoverem entre os fragmentos florestais.

Nessa perspectiva o manejo da paisagem é fundamental. Entendendo os conceitos que permeiam a paisagem, podemos promover o equilíbrio entre a produtividade e a conservação da biodiversidade. Primeiramente quanto maior a quantidade de áreas naturais, mais preservada estará a biodiversidade, como demonstrado para algumas áreas de silvicultura e pela fórmula espécie-área. Vale lembrar também que áreas muito pequenas podem não sustentar populações ao longo dos anos, resultando até em florestas vazias de biodiversidade.

Sobre a questão hídrica, em 2010, no primeiro volume dos Cadernos do Diálogo Florestal, Walter de Paula Lima, um dos maiores especialistas em hidrologia do país, destacou a seguinte informação, a partir do artigo elaborado por WHITEHEAD & BEADLE (2004):

“Dentro do referido mito sobre o eucalipto, não é difícil encontrar alegações de que se trata de uma espécie florestal peculiar no que diz respeito à água, capaz de proezas jamais atribuídas a qualquer outra espécie florestal. Analisando resultados disponíveis sobre aspectos fisiológicos em termos de taxa de transpiração, dinâmica dos estômatos, índice de área foliar, eficiência do uso da água, perdas por interceptação e balanço hídrico, esses autores são categóricos quando concluem que o eucalipto é uma espécie florestal absolutamente normal, que não consome mais água por unidade de biomassa produzida do que qualquer outra espécie florestal, apresentando, inclusive, uma melhor eficiência do uso da água.”

Em suas conclusões finais, este mesmo autor evidencia a necessidade de se afastar dos mitos e apostar no conhecimento científico para construir soluções concretas para os problemas e impactos reais relativos a plantações de árvores. E, citando a necessidade de pensar na escala da paisagem, deixa claro que a solução para a questão hídrica não pode ser atribuída apenas a um setor produtivo, mas sim a todos os

setores da sociedade que, de uma ou outra maneira, impactam a capacidade dos ecossistemas de prover os serviços essenciais ao bem-estar humano.

“Entender os efeitos hidrológicos das mudanças de uso da terra e das práticas de manejo florestal é parte da busca do manejo florestal sustentável. Neste sentido, a microbacia possibilita uma abordagem sistêmica do problema, evidenciando a necessidade de se analisar a distribuição da água que entra naturalmente pelas chuvas, tanto em fluxos de água verde, representando as perdas por evapotranspiração, quanto em fluxos de água azul, representando a preocupação para com a perpetuação da vazão dos riachos.

Aplicar esse conhecimento representa uma mudança de enfoque de manejo do talhão para manejo do ecossistema, consistindo, desta maneira, numa inovação estratégica que incorpora definitivamente a conservação da água no plano de manejo, realçando a importância da manutenção da estabilidade hidrológica das microbacias, assim como a necessidade de se analisar os possíveis impactos hidrológicos em todas as escalas da sustentabilidade.

A sociedade, por sua vez, precisa entender que a crise da água parece que veio para ficar, não no sentido de que a água vai acabar um dia, mas sim no fato de que possivelmente já se atingiu o limiar de conflitos. Essa crise de forma alguma decorreu apenas da expansão das plantações florestais, mas sim de inúmeras outras alterações da paisagem causadas pelo homem. Sua solução não depende apenas da ciência, mas do envolvimento de toda a sociedade, no sentido de que é necessário, inclusive, que ocorra uma mudança cultural, no sentido de evoluirmos de uma democracia apenas de direitos para uma democracia também de responsabilidades.”

“Dogmas, ideologia e disputas insólitas não fazem parte da solução, sendo apenas responsáveis pela falsa noção de que as plantações florestais são necessariamente maléficas para os recursos hídricos e pela perpetuação do folclore em torno do eucalipto. Podem, também, contribuir para medidas que frequentemente atacam os sintomas e não as causas da degradação dos recursos hídricos.”

Walter de Paula Lima, Cadernos do Diálogo Florestal, Vol. 1, 2010.

A transformação da silvicultura: de “deserto verde” à referência no cumprimento da legislação ambiental

Como registrado na sessão anterior, a silvicultura econômica de larga escala começou a ser implantada no Brasil durante o período da ditadura militar. Contando com polpudos incentivos fiscais e creditícios e em um ambiente político onde a agenda ambiental e social eram desprezadas, e, em muitos casos, consideradas ‘subversivas’, a indústria de árvores se instalou sobre um rastro de degradação ambiental

e desrespeito a direitos tradicionais e comunitários.

Como muito bem pontuado por ADEODATO (2013), “*em nome do progresso e do ‘Brasil Grande’, não havia restrições contra a derrubada da floresta nativa, muito menos regras de convivência com comunidades, que se tornavam marginalizadas*”. Um dos melhores exemplos desse modelo foi a instalação da fábrica de celulose da Aracruz (atual Fibria), no Espírito Santo.

Em relato feito ao Diálogo Florestal Brasileiro, o então diretor de Sustentabilidade e Relações Corporativas da Fibria e ex-membro do steering committee do The Forests Dialogue, Carlos Roxo, afirmou: “*A indústria florestal conseguiu elevar o PIB dos municípios, mas não foi capaz de reverter os indicadores sociais*”. Para ele, faltava àquele tempo metodologia e ciência social para abordar de maneira adequadas estas questões e também não havia maturidade corporativa e nem pressão dos mercados sobre estas questões. As mudanças começaram a tomar corpo a partir da segunda metade dos anos 1990. Com o fim da ditadura militar, foi possível aprovar uma nova Constituição Federal, que dedicou um capítulo inteiro ao meio ambiente e estabeleceu inúmeras salvaguardas e direitos sociais, ao ponto de ficar conhecida como “Constituição Cidadã”. A partir daí começa a se formar um novo arcabouço jurídico, incluindo as regras para o licenciamento ambiental – transformando completamente o modus operandi da instalação de fábricas e de plantações de árvores – a legislação referente às áreas protegidas e suas zonas de amortecimento e a Lei de Crimes Ambientais.

O efeito mais claro deste novo cenário é a criação nas empresas de departamentos especializados em meio ambiente e sustentabilidade. A contratação de novos profissionais passou a exigir perfis que soubessem interagir com lideranças sociais e que apresentassem expertise para o desafio da conciliação entre as demandas econômicas, ambientais e sociais. Os colaboradores existentes passaram a receber treinamentos e orientações específicas para lidar com este novo ambiente de produção e negócios.

Este movimento se deu não apenas no setor de base florestal, mas em praticamente todos os segmentos industriais. No entanto, com a criação do FSC e a pressão dos mercados internacionais pela adoção de instrumentos mais robustos de controle socioambiental, foi na indústria florestal, mais notadamente no segmento de papel e celulose, que essa transformação se fez mais evidente, ampla e estrutural.

Atualmente, o setor de papel e celulose brasileiro é considerado benchmark internacional em termos de sustentabilidade e desempenho produtivo. Com quase 100% da sua produção certificada, as empresas do setor sempre são lembradas como exemplares no cumprimento do Código Florestal e pela sua disposição em contribuir com a criação de espaços qualificados de diálogo e de cooperação pluri-institucional. O Diálogo Florestal Brasileiro e a Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura são evidências deste compromisso.

Para dar exemplos práticos desta mudança, citaremos dois casos da região que estaremos visitando neste TPL meeting. O primeiro envolve a empresa Veracel e os movimentos de trabalhadores rurais que lutam por direito a terras. Trata-se de um projeto que destinou 16,5 mil hectares de áreas da empresa para a instalação de assentamentos rurais e que viabiliza recursos e assistência técnica para a adoção de

decisões e dos protagonistas da cadeia de fornecimento, é improvável a implantação integral e eficaz do novo Código Florestal”.

O processo de revisão do Código Florestal pelo Congresso Nacional suscitou uma acirrada disputa, realçando o antagonismo entre cientistas e ambientalistas, de um lado, e os setores mais atrasados e reacionários do agronegócio brasileiro, de outro. Para a maior parte dos parlamentares que integram a “bancada ruralista”, o arcabouço legal de proteção ambiental é percebido como um entrave ao desenvolvimento da agropecuária brasileira. Ainda hoje, quase seis anos após a aprovação da nova lei, que em muitos aspectos desagradou ambos os lados desta disputa, há dúvidas e incertezas sobre seus reais efeitos nas paisagens brasileiras.

É preciso registrar o papel que teve o Diálogo Florestal Brasileiro, do qual faz parte o segmento do agronegócio que mais se destaca no cumprimento da legislação ambiental, neste processo. Após dois anos de intensos debates, chegou-se a um consenso sobre 17 pontos considerados essenciais para a proteção da vegetação nativa do país. Este documento foi assinado por dezenas de instituições e empresas, incluindo muitas que não participam do Diálogo Florestal. Vários desses pontos foram contemplados pela nova lei, ainda que alguns tenha sofrido alterações que podem comprometer sua eficácia, como na questão da proteção e obrigações de restauração das Áreas de Preservação Permanente (APPs).

Para a agenda de planejamento de paisagens, além das obrigações referentes à proteção e recuperação de florestas (reservas legais e APPs), esta lei trouxe uma ferramenta inovadora, a qual, se efetivamente implementada, será a principal base para a integração de esforços no sentido de construir paisagens sustentáveis. Trata-se do Cadastro Ambiental Rural (CAR), uma base nacional georreferenciada sobre a qual todos os imóveis rurais devem ser registrados, indicando suas áreas de produção e de proteção.

Conforme observado pela WWF-Brasil, *“o registro é a base para a regularização ambiental dos imóveis rurais. A meta do CAR é fornecer uma base de dados integrada com informações sobre cada propriedade e sua situação ambiental, permitindo aos municípios, estados e ao governo federal controlar, monitorar e identificar déficits ambientais, conduta ambiental e planejamento econômico, assim como o combate ao desmatamento.”* (MACHADO & ANDERSON 2016).

Um bom exemplo de como o CAR pode ser utilizado como base para o planejamento de paisagens está ocorrendo na região do Alto Vale do Itajaí, em Santa Catarina. Lá, a partir dos esforços de cooperação entre as prefeituras municipais e organizações da sociedade civil, com destaque para a APREMAVI, está se articulando um grande programa de proteção e recuperação da vegetação nativa. Além de demonstrar a viabilidade prática do cumprimento do Código Florestal pelos pequenos agricultores – o que a bancada ruralista no Congresso Nacional arguia como ‘impossível’ – esta iniciativa será essencial para a mitigação de impactos decorrentes de eventos climáticos extremos (a região é uma das mais vulneráveis do país) e como base para a estratégia e adaptação baseada nos ecossistemas.

No Espírito Santo, o governo do estado, por meio da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, está

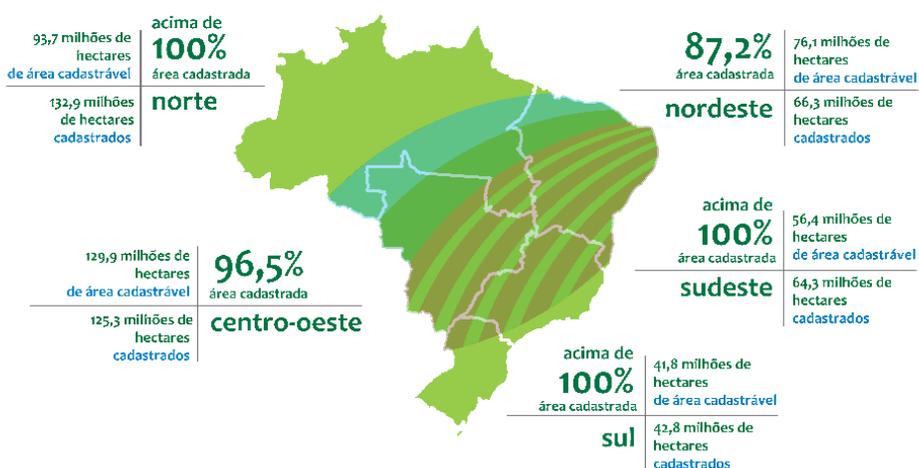
implementando desde 2011 o Programa Reflorestar. A meta é a recuperação de 80 mil hectares até o final de 2018, priorizando a adequação ambiental dos imóveis rurais e o cumprimento das condições estabelecidas pelo Código Florestal. As metas deste programa estão inseridas em compromissos internacionais (Desafio 20x20 e Bonn Challenge) e nacionais (Pacto Pela Restauração da Mata Atlântica e Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa).

As lideranças dos setores público e privado deverão ter o cumprimento do Código Florestal como primeiro passo para a produção agrícola, criação de gado e silvicultura responsáveis. O CAR auxiliará os proprietários e produtores a proteger os recursos naturais e a aperfeiçoar o planejamento de sua produção..

O CAR deverá incluir informações georeferenciadas, a exemplo da localização da propriedade, seus limites, e identificação das Áreas de Preservação Permanente (APPs), Reservas Legais (RLs) e Áreas de Uso Restrito. A APP é uma área protegida, coberta ou não de vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos aquáticos, paisagens, estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar os fluxos genéticos da flora e fauna, proteger o solo e garantir o bem-estar humano. Exemplos das APPs são as regiões ribeirinhas, nascentes, colinas, declives e mangues. As Reservas Legais são trechos de habitat nativo, cujo tamanho mínimo, em porcentagem da área, depende da localização da propriedade. As Reservas Legais garantem a utilização sustentável e econômica dos recursos naturais, apoiam a conservação e provisão de processos ecológicos e promovem a conservação da flora e fauna nativas.

Machado & Anderson, WWF-BRAZIL, 2016

#CAR em números	4,7 milhões	superior a 100%	397,8 milhões de hectares	431,6 milhões de hectares
dados até 31 de dezembro de 2017	Imóveis cadastrados	% de área já cadastrada	área cadastrável	já cadastrados



Fonte: Serviço Florestal Brasileiro <http://www.florestal.gov.br/numeros-do-car>

De acordo com os dados do INCRA, há no Brasil cerca de 5,5 milhões de imóveis rurais. Como podemos ver na figura acima, até dezembro do ano passado haviam sido registrados no CAR 4,7 milhões de imóveis, ou 85% do total estimado. Em termos de área cadastrada, no entanto, os dados inseridos no CAR já ultrapassam em 9% a área considerada como cadastrável pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB). Esta discrepância deve-se ao fato de que a área cadastrável foi estimada a partir de dados do Censo Agropecuário de 2006 e de informações geradas pelo próprio SFB. Já a área inserida no CAR é calculada a partir das informações prestadas pelos próprios agricultores.

Aguente firme!... Ou como não cair na armadilha dos retrocessos ambientais

Há atualmente diversas iniciativas lançadas por governos e câmaras legislativas para alterar uma série de leis e regulamentos ambientais. Atrás de um discurso de flexibilização operacional e redução da burocracia, há intenções não declaradas de reduzir salvaguardas socioambientais assim como o arcabouço de proteção da biodiversidade. Tais iniciativas põem em risco muitos dos avanços obtidos nos últimos 30 anos, contrariando os compromissos internacionais do Brasil, em especial o Acordo de Paris.

Tais retrocessos na legislação ambiental possuem enorme potencial para afetar a agenda de paisagens sustentáveis. No caso específico da silvicultura e do cultivo de árvores, as regras de licenciamento ambiental, as leis de proteção do bioma (em especial a Mata Atlântica) e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza são alguns dos pontos críticos que servirão de teste para o comprometimento das empresas do setor.

Conforme ocorreu durante o debate sobre o Código Florestal, espera-se das empresas de papel e celulose participantes do Diálogo Florestal uma posição nítida e bem fundamentada. Torna-se imperativo o fortalecimento da importância da proteção ambiental e das salvaguardas sociais, em especial aquelas que garantem a sustentabilidade do setor, sua conformidade com compromissos internacionais e o cumprimento das condicionantes preconizadas pelas certificadoras.

Deve-se tomar muito cuidado para não cair na armadilha das soluções fáceis. Tal precaução torna-se mais relevante ao levar-se em conta o momento político atual no Brasil, com instituições frágeis e governo e parlamentares sem legitimidade para conduzir tais assuntos.

O posicionamento sobre as regras para o licenciamento ambiental de atividades agropecuárias pode ser esta prova de fogo. A Câmara dos Deputados vem discutindo o texto para aprovação da Lei Geral do Licenciamento desde 2004. Desde 2016 o Diálogo Florestal Brasileiro vem produzindo um documento para tornar público seu posicionamento sobre pontos específicos, que considera fundamentais para o aperfeiçoamento da legislação vigente. Infelizmente, ainda não houve consenso sobre a redação final deste documento, mas alguns pontos já foram definidos:

- ➔ O Diálogo Florestal entende que o estabelecimento do marco legal do licenciamento ambiental deve ser condicionado a uma ampla discussão, com participação intensa e efetiva da sociedade civil organizada, da academia e do setor privado, não havendo espaço para a valorização de

falsas dicotomias entre produção e conservação, entre agricultura e biodiversidade, entre natureza e sociedade.

- ➔ O modelo atual de licenciamento é pouco eficiente e ineficaz em seu propósito maior, devido à complexidade e ao número de instrumentos legislativos federais, estaduais e municipais distintos que regulamentam, muitas vezes de forma divergente, as atividades de uso da terra, biodiversidade, meio ambiente e matérias correlatas no Brasil.
- ➔ O Diálogo Florestal não objetiva a isenção do licenciamento em áreas não antropizadas, mas reivindica e acredita que a desburocratização, simplificação e qualificação do processo é a melhor e mais eficiente maneira para conciliar a viabilização dos investimentos privados com a efetiva proteção da biodiversidade, dos serviços ecossistêmicos e dos direitos socioambientais essenciais para assegurar a prosperidade e o bem-estar da nossa sociedade.
- ➔ O Diálogo Florestal entende que a atividade de silvicultura implantada em áreas de uso consolidado devidamente regularizadas e sem passivos ambientais pode prescindir de licenças ou autorizações, em consonância com a Lei de Proteção da Vegetação Nativa ('Código Florestal'), o mesmo valendo para novos plantios que não resultem na conversão de áreas naturais.

O 'FATOR X': VAMOS FALAR SOBRE A 'MONODESTINAÇÃO' DA MADEIRA DAS ÁRVORES CULTIVADAS SOB A ABORDAGEM DE PAISAGENS?

Ao debater o efeito do cultivo de árvores na paisagem, não basta abordar as questões de manejo das mesmas na condição de monoculturas. A grande concentração de áreas destinadas a um produto específico em uma paisagem produtiva, representa risco em qualquer região, mais ainda em se tratando de uma commodity. Neste contexto, é necessário debater como reduzir os riscos sociais e econômicos decorrentes da dependência quase que exclusiva de uma commodity.

Na medida em que o manejo das plantações de árvores vai sendo aperfeiçoado e que os impactos ambientais vão sendo minimizados, há que se atentar para outros aspectos tão ou mais impactantes do que as grandes extensões de monocultivo de árvores na paisagem. Um dos avanços mais relevantes na redução dos impactos ambientais das grandes extensões de plantações de árvores foi a adoção dos mosaicos florestais. Nestes, os talhões de monocultura de espécies exóticas são intercalados, na escala da paisagem, com remanescentes de ecossistemas nativos ou áreas em restauração. Este sistema permite o fluxo gênico da biodiversidade local e contribui para a manutenção dos serviços ecossistêmicos providos pelos ambientes naturais. Da mesma forma, potencializa os serviços ecossistêmicos que podem ser gerados pelas próprias plantações de árvores, especialmente abrigo, habitat e corredor.

Os cultivos conduzidos de acordo com os princípios estabelecidos pela iniciativa New Generation Plantations evitam tratar toda a área como uma única unidade de produção de madeira ou celulose, sendo administrados como parte de uma unidade maior de manejo e gestão florestal. Isto possibilita a adoção de funções de ecossistema, habitats naturais e componentes socioculturais. Mesmo as plantações de

árvores com manejo intensivo dentro destas áreas tendem a oferecer benefícios ambientais e sociais maiores que as terras agricultáveis e de pasto, incluindo sequestro de carbono, purificação de ar e água, controle da erosão, habitat para espécies e oportunidades de recreação. Tais benefícios são ampliados quando os cultivos são manejados como parte de uma paisagem florestal mais ampla, em equilíbrio com outros ecossistemas e outros usos da terra.

A região do Corredor Central da Mata Atlântica, especialmente sua porção terrestre localizada entre os rios Doce, no Espírito Santo, e Jequitinhonha, na Bahia, é considerada uma das melhores do mundo para a produção florestal. Além de se tratar de uma região historicamente coberta por uma exuberante floresta tropical, a combinação de clima, solos e relevo favorece a implantação de atividades produtivas de base florestal nas áreas já convertidas para outros usos.

Sob nenhum aspecto parece ser razoável apostar que este potencial nato para o cultivo de florestas deva ser aproveitado apenas para a produção de celulose. Pelo contrário, por se tratar de uma commodity com grande flutuação de preço no mercado internacional, fica evidente que, do ponto de vista de uma estratégia que vise o desenvolvimento sustentável da região, trata-se de uma aposta de alto risco.

De acordo com os dados do monitoramento independente da cobertura florestal e uso do solo, realizado pelo Fórum Florestal da Bahia, podemos estimar que há nesta região pelo menos 700 mil hectares de pastagens extensivas, de baixa produtividade, com no máximo uma cabeça por hectare. Um programa de desenvolvimento regional que tenha como pressuposto fomentar a diversificação da produção florestal poderia mirar nestas pastagens, que apresentam baixo custo de oportunidade e altos custos ambientais – especialmente perda da fertilidade dos solos por erosão, assoreamento de córregos, rios e reservatórios e comprometimento das nascentes.

É sabido que o Brasil, embora seja o único país do mundo cujo nome venha de uma árvore, não é ainda um país com cultura de produção florestal. No entanto, se considerarmos apenas os produtores rurais que possuem contratos de fomento com as empresas de papel e celulose aqui instaladas, temos um contingente de cerca de três mil pessoas que, no mínimo, já sabem o que é cultivar uma árvore. Estes produtores e uma parte das áreas de pastagens que possuem, em sua maior parte degradadas, devem ser os alvos prioritários de uma iniciativa para promover a diversificação da produção florestal da região.

No entanto, o desafio maior não é a questão da produção em si, ainda que haja uma enorme lacuna de conhecimento sobre a silvicultura de espécies tropicais. Até porque, ao falarmos na diversificação de propósito ou destinação da madeira a ser colhida, não necessariamente precisamos falar da diversificação dos cultivos. Isso também é importante, mas pode ser obtido tanto com o cultivo de espécies nativas – como no caso do empreendimento da Symbiosis Investimentos, em Porto Seguro, que já possui 800 hectares de plantações de árvores nativas manejadas para produção de madeiras nobres – quanto com o uso de outras espécies de eucalipto, mais adequadas para outros fins que não a produção de celulose.

O maior desafio, de acordo com os produtores florestais que já tiveram experiências com a venda de madeira para outros fins, é a inexistência de compradores confiáveis e a logística para colheita e

pré-processamento. Ainda que haja um polo moveleiro em Linhares, no Espírito Santo, e uma demanda regional por madeira para construção civil – que tende a crescer na medida em que o país recupere sua estabilidade econômica – ainda são muito arriscados os contratos de venda de madeira para estes compradores.

Os contratos de fomento permitem que os produtores vendam até 3% da madeira colhida para outros compradores. Deste modo, um programa que pretenda diversificar a destinação da produção florestal regional deve considerar este volume como a base para experimentar a estruturação de novas cadeias de suprimento. Há que se considerar que, pelo menos no caso dos fomentados da Veracel, esta madeira conta com os selos do FSC e do Cerflor, ou seja, pode ser destinada a nichos especiais de mercado, que valorizem e remunerem financeiramente este diferencial.

A ASPEX, associação dos fomentados da Veracel, possui interesse em explorar novas oportunidades de mercado para a madeira, além da celulose. No entanto, até o presente não foram identificadas oportunidades que sejam atrativas e seguras para os fomentados, devido a múltiplas barreiras e riscos. As madeiras locais não oferecem pagamentos adiantados e demais formas de apoio logístico e de manejo que os fomentados recebem da Veracel, o que significa a necessidade de apoio adicional. Os riscos significam também que - embora propiciem bons rendimentos - a madeira para outros usos não compete com a celulose como atividade central na região.

A restauração também oferece a oportunidade inovadora de tratar da vulnerabilidade econômica dos fomentados no atual sistema de silvicultura. Durante os últimos dez anos, muitos produtores estiveram sujeitos a alterações na demanda e no preço da celulose, o que ameaçou os rendimentos dos mesmos e a interrupção da cadeia de fornecimento. A diversificação das atividades florestais em áreas com restrição para a produção de eucalipto teria um papel crítico em motivar os fomentados a acessar novos nichos de mercado, proporcionando-lhes maior estabilidade financeira, ao manter a produção de celulose de eucalipto como negócio principal. A diversificação também auxiliará a fortalecer os critérios sociais para a certificação FSC.

Com boas práticas de manejo, os cultivos também poderão beneficiar as populações adjacentes. No mínimo, as plantações de árvores oferecerão oportunidades de trabalho e renda, auxiliando na formação de infraestrutura local, muitas vezes em áreas remotas onde as oportunidades econômicas são escassas. Os cultivos manejados de acordo com os princípios e critérios do FSC auxiliam em questões como direitos fundiários, apoiam os direitos dos povos indígenas e mantêm ou melhoram o bem-estar social e econômico dos trabalhadores da silvicultura e das comunidades locais. Quando as empresas assumem compromissos efetivos com as comunidades locais, tornam-se catalisadoras do desenvolvimento local. Há múltiplos exemplos de empresas que auxiliam na criação e apoio de negócios locais, com aumento na produção local sustentável de alimentos e de produtos florestais.

INICIATIVAS DE MÚLTIPLOS ATORES DE INTERESSE COMO FATOR CHAVE PARA A ABORDAGEM DO CULTIVO DE ÁRVORES NA ESCALA DA PAISAGEM

O desafio de implantar paisagens saudáveis e sustentáveis, onde concilia-se a produção de alimentos e de matérias primas com a proteção da natureza e dos serviços ecossistêmicos, bem como respeitar e fazer valer os direitos dos povos nativos e das comunidades tradicionais, não pode prescindir de mecanismos e locais próprios para diálogo, governança e colaboração.

A adesão ativa e proativa dos diversos segmentos da sociedade, por meio dos fóruns e instâncias de governança com reais oportunidades de participação das lideranças sociais e comunitárias, é condição básica da abordagem de paisagem. Desta maneira, esta sessão apresentará algumas das iniciativas de múltiplos atores de interesse que existem hoje no Brasil e como as mesmas podem servir de ferramentas para a implementação da abordagem de paisagens.

Diálogo Florestal

O Diálogo Florestal é uma iniciativa independente que facilita a interação entre representantes de empresas do setor de base florestal e organizações socioambientais. Lançado em 2005, com inspiração no The Forests Dialogue, seu objetivo é estabelecer uma visão e uma agenda comuns entre os referidos setores, promovendo iniciativas efetivas relativas à produção florestal. A visão em comum abrange ampliar a escala dos esforços para conservar e restaurar os ecossistemas, gerando benefícios para os participantes do Diálogo e para a sociedade em geral. O Diálogo Florestal procura:

- ➔ Manter e consolidar um espaço de diálogo proativo entre as organizações da sociedade civil e as empresas do setor de base florestal;
- ➔ Gerar resultados tangíveis em campo tangíveis e em grande escala, para conservar os recursos naturais;
- ➔ Contribuir na melhoria da qualidade de vida, por meio da melhoria das relações entre a sociedade, a natureza e os recursos naturais;
- ➔ Propor e influenciar a adoção de políticas públicas de promoção, proteção e sustentabilidade dos recursos naturais.

Existem atualmente cerca de 360 participantes no Diálogo Florestal, sendo que sua governança inclui um Fórum Nacional, um Conselho de Coordenação e a Secretaria Executiva. O Diálogo Florestal possui também sete fóruns regionais, sendo um destes o Fórum Florestal do Extremo Sul da Bahia.

Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura

Lançada em 2014, a Coalizão Brasileira Clima, Florestas e Agricultura é uma iniciativa formada por associações setoriais, empresas, organizações da sociedade civil e pessoas físicas interessadas em contribuir e promover a cooperação interssetorial nestes temas. O Diálogo Florestal foi um dos responsáveis pelas articulações iniciais que resultaram na criação da Coalizão e mantém um representante no seu Grupo Orientador.

As agendas a serem promovidas são relativas à proteção, conservação e utilização sustentável das florestas, a agricultura sustentável e as ações voltadas para mitigação e adaptação às mudanças climáticas, no Brasil e no mundo.

A Coalizão, cuja função principal é auxiliar nos processos de cooperação e colaboração, possui um Conselho formado pelas seguintes organizações: Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS); Diálogo Florestal; Instituto Ethos; Observatório do Clima. A adesão à Coalizão é franqueada a todos os interessados, pois a intenção da mesma é a ampla participação na sociedade brasileira, com contribuições por parte de todos. Até janeiro de 2018 havia 131 associados, entre empresas privadas e organizações da sociedade civil.

Além de Fibria, Suzano e Veracel, são também membros da Coalizão as seguintes empresas do setor florestal: Amata; Cenibra; Eldorado Brasil Florestal; Eucatex; Grupo Plantar; Klabin; Melhoramentos Florestal; Precious Wood Holding; e ainda o IBÁ (Indústria Brasileira de Árvores), organização que congrega todas as empresas de base florestal que atuam no país, e o FSC Brasil.

Por reunir atores tão diversos, muito deles com pouca ou nenhuma experiência de participação em iniciativas de múltiplos atores e interesses, a Coalizão ainda passa por uma fase de intensos debates e raros consensos. Ainda assim, logrou produzir um documento que influenciou os compromissos assumidos pelo Brasil na COP 21 (Acordo do Clima) e, somente em 2017, publicou vários pareceres sobre diversos assuntos, por meio dos seus grupos de trabalho.

Não há dúvidas que nos debates para a implantação de paisagens sustentáveis, iniciativas similares, em escala regional, serão necessárias. Somente com diálogo e interação entre os diferentes agentes que interferem nas paisagens será possível planejar e implantar paisagens sustentáveis em larga escala.

Pacto Pela Restauração da Mata Atlântica

Lançado em 2009, o Pacto pela Restauração da Mata Atlântica é uma iniciativa ambiciosa que reúne atores com múltiplos interesses e de diversos matizes, formado por organizações da sociedade civil, empresas privadas, governos e instituições de pesquisa. Contando com mais de 260 associados, o Pacto possui um dos mais ambiciosos objetivos mundiais de restauração florestal: Catalisar a restauração de 15 milhões de hectares até 2050. Sua estratégia inclui incentivar a conservação da biodiversidade, bem como a geração de trabalho e renda nas comunidades locais, através da cadeia produtiva da restauração (coletores de sementes, produtores de mudas e responsáveis por ações de restauração, incluindo implantação, manutenção e monitoramento). As áreas-alvos prioritárias indicadas pelo Pacto são fundamentais para a provisão de serviços ecossistêmicos, especialmente água, para milhões de brasileiros, assim como são cruciais para a adequação dos imóveis rurais ao Código Florestal. O Pacto faz parte do Desafio de Bonn, dedicado a restaurar mais de um milhão de hectares até 2020.

As três empresas que atuam neste território – Fibria, Suzano e Veracel – foram fundadoras do Pacto e já tiveram representantes no seu Conselho de Coordenação. Além disso, elas têm apoiado a realização

de pesquisas e o monitoramento em campo de experimentos de restauração florestal produtiva. De modo direto, desenvolvem ações de restauração em suas terras, tanto para adequação ao Código Florestal quanto em áreas adicionais, seguindo as diretrizes técnicas para implantação e manutenção e o protocolo de monitoramento preconizados pelo Pacto.

Aliança pela Restauração na Amazônia

Trata-se de uma iniciativa de múltiplos atores de interesse com diferentes perfis, criada com o intuito de aperfeiçoar a eficácia e ampliar a escala da restauração florestal na Amazônia brasileira. Sua missão é promover a integração entre as diferentes ações e a cooperação entre os múltiplos agentes engajados e interessados na restauração florestal da Amazônia. A meta, pactuada entre os membros, é propiciar as condições técnicas, políticas, econômicas e sociais que favoreçam as intervenções em campo, contribuindo de maneira direta e indireta para a restauração de pelo menos 5 milhões de hectares até 2030.

Embora esta iniciativa não se relacione diretamente com o território visitado durante este encontro sobre plantações de árvores na paisagem, vale a pena realçar dois registros. Primeiro, o fato da Suzano Papel e Celulose, uma das três grandes empresas que atuam aqui, também possuir uma fábrica de celulose e plantações de árvores no estado do Maranhão, região sudeste da Amazônia. Segundo, o fato da Aliança Pela Restauração na Amazônia estar em vias de publicar um position paper, apresentando os maiores desafios e as melhores oportunidades para a agenda de restauração naquele bioma. Certamente, uma parte dos conceitos, critérios e diretrizes para priorização de áreas para restauração, na escala da paisagem, serão úteis para o aprimoramento desse tipo de análise neste território.

DEZ ANOS DEPOIS: COMO ESTÃO AS QUESTÕES TIDAS COMO CRÍTICAS NA REUNIÃO DE 2008?

Em 2008, o The Forests Dialogue realizou uma reunião no Espírito Santo e na Bahia sobre Silvicultura com Manejo Intensivo, ou 'IMPF' (de '*Intensively Managed Planted Forests*', em inglês), a qual identificou medidas ambientais e sociais prioritárias.

Três anos antes, em 2005, era criado nesta mesma região o primeiro fórum de diálogo entre ambientalistas e empresas de papel e celulose do país. Tendo começado como uma iniciativa independente do Diálogo Florestal Brasileiro – que teve seu primeiro encontro também em 2005 – o Fórum Florestal do Extremo Sul da Bahia serviu de inspiração para a criação de fóruns locais nas regiões com maior concentração de atividades florestais.

De maneira geral, as questões apontadas pelo encontro do TFD em 2008 não diferem muito das prioridades encaradas pelo fórum florestal ao longo da sua primeira década. Sendo assim, pode-se aproveitar o balanço de 10 anos publicado pelo fórum como uma amostra do que avançou e do que ainda falta avançar na cadeia produtiva das plantações de árvores.

O quadro abaixo apresenta as principais questões apontadas pelos participantes do diálogo sobre IMPF, em 2008:

MEDIDAS AMBIENTAIS	MEDIDAS SOCIAIS
Zoneamento econômico-ecológico	Cuidar dos impactos sociais
Promover plantio de espécies nativas	Distribuição de benefícios
Restauração florestal	Reforma fiscal e tributária justa
Promoção de incentivos para a conservação conservation incentives	Mitigação dos resultados sociais negativos
Manejo dos impactos da silvicultura intensiva	Alternativas econômicas para as comunidades
Fortalecer as agências ambientais locais	

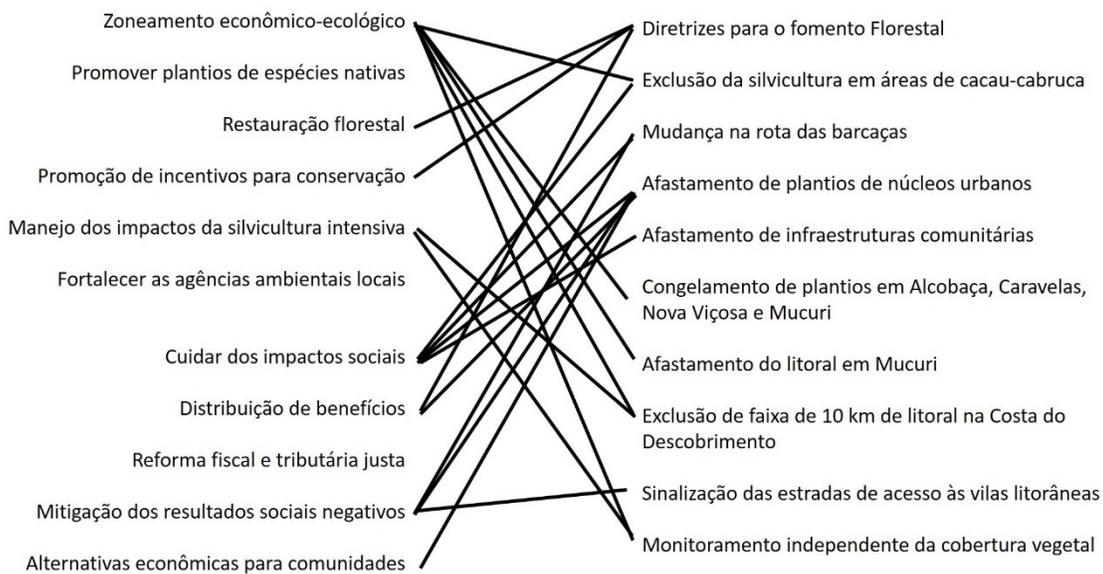
A maneira que Fórum Florestal encontrou para formalizar os compromissos comuns construídos por seus participantes foram os “acordos”. Ao longo dos seus dez primeiros anos de funcionamento, entre 2005 e 2015, foram elaborados dez acordos. Embora nunca tenha havido o compromisso de aprovar um acordo por ano, esta média foi alcançada.

Provavelmente, isso se deveu, por um lado, às demandas da sociedade civil, que estiveram por muito tempo reprimidas e sem espaços qualificados para serem apresentadas, e por outro à mudança de postura das empresas, mais abertas a diálogo e à construção participativa de soluções.

É importante registrar que estes acordos não possuem força de lei. Isso significa que as empresas não são obrigadas legalmente a cumpri-los. Embora alguns acordos reproduzam diretrizes legais já estabelecidas, o fato de ampliarem restrições ou representarem acréscimos às exigências legais, reforçam o seu caráter não obrigatório.

Talvez esta seja a principal razão pela qual o ritmo e a eficácia da implementação prática dos acordos consensuais até o momento recebam muitas críticas dos participantes do Fórum Florestal. Até o momento, somente um dos dez acordos citados foi integralmente implementado. A maior parte foi implementada parcialmente e segue em ritmo lento. Alguns estão parados, aguardando cobranças mais intensivas por parte da sociedade civil ou sob revisão.

O diagrama abaixo apresenta a relação de cada um dos acordos construídos pelo Fórum Florestal do Extremo Sul da Bahia com as questões apontadas como prioritárias pelos participantes do IMPF meeting de 2008. É possível notar que todos os dez acordos possuem relação com pelo menos duas questões apontadas como prioritárias. Por outro lado, três questões apontadas no IMPF não foram abordadas por nenhum acordo do Fórum Florestal.



Observando a figura acima, vemos que há três questões apontadas como prioritárias pelo IMPF meeting que não foram endereçadas pelo fórum – a promoção de espécies nativas, o fortalecimento de agencias ambientais locais e uma reforma tributária mais justa. Trata-se de assuntos que extrapolam a alçada das empresas e da sociedade civil, que são os participantes do fórum. Provavelmente por isso não foram abordadas especificamente em nenhum acordo.

Ainda assim, para dois deles há potencial para que as empresas contribuam como catalisadoras ou facilitadoras. No caso de promover a diversificação da silvicultura estimulando o cultivo de espécies tropicais, incluindo as que produzem madeiras nobres, as empresas de papel e celulose podem contribuir mais, a partir do compartilhamento do conhecimento acumulado pelo seu pessoal de pesquisa e desenvolvimento. Tecnologias originalmente desenvolvidas para plantios homogêneos poderiam ser aplicadas com sucesso em iniciativas de silvicultura tropical.

Fibra e Suzano possuem áreas experimentais, em parceria com o Pacto Pela Restauração da Mata Atlântica, onde estão sendo testados diferentes modelos de restauração produtiva, com plantios mistos de eucalipto e espécies nativas. O propósito é gerar e disseminar conhecimento sobre diferentes modelos de restauração que possam ser aplicados pelos proprietários rurais que tenham passivo de cobertura vegetal em suas áreas de Reserva Legal.

O tema “fortalecer as agências ambientais locais” mereceu atenção do Fórum Florestal da Bahia em diferentes momentos, porém sem resultar em acordos específicos. O foco são as secretarias municipais de meio ambiente e de agricultura, que carecem de pessoal qualificado e de instrumentos de gestão adequados para exercer suas atribuições de planejamento, gestão, comando e controle sobre o uso do solo. Embora tenham havido iniciativas de apoio ao treinamento de técnicos municipais e algum suporte em equipamentos, não há registro de uma estratégia mais robusta sobre isso.

A exceção seria a iniciativa da Veracel, que patrocinou a elaboração dos planos municipais de conservação e recuperação da Mata Atlântica para nove dos dez municípios de sua área de abrangência. Estes planos foram inspirados pelo de Porto Seguro, que foi feito com o apoio da Conservação Internacional e do Ministério do Meio Ambiente da Alemanha, e trouxe como inovação a incorporação do conceito de adaptação a mudanças climáticas com base nos ecossistemas. Isto permitiu inserir uma “lente climática” no planejamento de ações para proteção e restauração de florestas nativas na escala do território.

Ao mapear as áreas críticas para a manutenção dos serviços ecossistêmicos essenciais para mitigação e adaptação aos efeitos das mudanças climáticas, o conjunto destes dez planos constitui uma ferramenta básica para a formação de paisagens sustentáveis. O desafio no momento é mobilizar os recursos financeiros, tecnológicos e humanos necessários para tirar estes planos do papel. Em 2017 foi realizada uma oficina para planejar a implementação integrada destes planos. Vale o registro que o Fórum Florestal foi indicado como uma das instâncias de governança para o acompanhamento dessas ações.

Com relação aos dez acordos consensuados entre os participantes do fórum, é possível dizer que cinco deles apresentam alto grau de cumprimento ou implementação. A seguir, apresentam-se resultados e desafios relativos a implementação destes acordos.

Exclusão da silvicultura em áreas de cacau-cabruca

A exclusão da silvicultura em áreas de cacau-cabruca – que na prática significa não plantar, não fomentar o plantio de eucalipto e não comprar madeira de áreas ocupadas por cabruca (sistema agroflorestal tradicional, onde o cacau é cultivado no sub-bosque de remanescentes de Mata Atlântica) até 1993 – é um deles. Desde fevereiro de 2009, quando este acordo foi aprovado, não há registros de denúncias sobre plantações de eucalipto para celulose substituindo antigas áreas de cabruca.

Monitoramento da cobertura vegetal

O monitoramento participativo e independente da cobertura vegetal da região é outro dos acordos efetivamente implementados. Usando imagens de satélite dos últimos 20 anos, foi possível identificar as mudanças no uso do solo ocorridas neste período. Além de gerar e disponibilizar uma base de dados atualizada sobre o uso do solo em toda a região – ferramenta essencial para o planejamento de paisagens sustentáveis – este monitoramento tem servido, entre outras coisas, para verificar o cumprimento do acordo sobre as cabruca.

Inicialmente, este monitoramento abrangia apenas os 10 municípios onde a Veracel atua, tanto em terras próprias quanto em fomentados. Posteriormente, em decorrência do acordo firmado no Fórum Florestal, foi estendido para todo o Extremo Sul da Bahia, incluindo as áreas de atuação de Fibria e Suzano, totalizando 2.3 milhões de hectares. Especificamente no caso da área de abrangência da Veracel, entre 2007 e 2013 foi observado um incremento de 12 mil hectares de cobertura florestal nativa, a maior parte decorrente de regeneração natural. Destes, quase 80% encontram-se em propriedades da empresa ou de fazendas com contratos de fomento florestal (outgrowers). Certamente, o fato da empresa utilizar

somente os platôs para as plantações de árvores, deixando os boqueirões, na sua maioria ocupados anteriormente por pastagens, protegidos do gado e do fogo, tem permitido este índice de regeneração.

Esta base de dados e os resultados das análises realizadas estão disponíveis online, na plataforma de inteligência espacial do IBIO (www.igeo.org.br/map). Os dados e imagens podem ser consultados e utilizados livremente por instituições governamentais, pesquisadores e organizações da sociedade civil, seja para checagem do próprio monitoramento, seja no planejamento de ações de proteção e restauração da Mata Atlântica. Estes dados foram essenciais para a elaboração dos planos municipais da Mata Atlântica e, em 2017, serviram para contrapor a informação de que a região teria sido a recordista nacional de desmatamento no bioma.

Este episódio merece um parágrafo a parte. A cada dois anos, a Fundação SOS Mata Atlântica, uma das instituições da sociedade civil mais respeitadas do país, divulga o Atlas dos Remanescentes da Mata Atlântica, em parceria com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Ao publicar os resultados para o período 2015-2016, apontou o Extremo Sul da Bahia, mais especificamente os municípios de Belmonte e Porto Seguro, como os que haviam perdido mais cobertura florestal em todo o bioma. Em declarações à imprensa, foi feita uma correlação direta entre este recorde de perda de cobertura florestal nativa e a pressão para expansão de plantações de eucalipto para produção de celulose.

A notícia caiu como uma bomba entre os participantes do Fórum Florestal, uma vez que os dados do monitoramento realizado, em uma escala muito mais acurada que a adotada pela SOS Mata Atlântica, não haviam detectado estes desmatamentos. Com os polígonos de desmatamento indicados pela SOS em mãos, profissionais de instituições e empresas participantes do Fórum foram à campo e constataram que as áreas indicadas como “desmatadas”, na verdade haviam perdido sua cobertura florestal devido a incêndios.

Cabe dizer que o biênio 2015-2016 registrou o mais longo e intenso período de estiagem já ocorrido na região, tendo como principal impacto ambiental a propagação de incêndios que afetaram milhares de hectares de ecossistemas nativos. Na maior parte dos casos, não havia sinais de que as áreas queimadas estivessem sendo preparadas para conversão de uso e nem qualquer relação com a implementação de novos plantios de eucalipto. Pelo contrário: Boa parte já apresentava sinais de regeneração natural e, para todos os efeitos legais, continuarão sendo consideradas áreas de Mata Atlântica, imunes de supressão e proibidas legalmente de serem convertidas para usos alternativos.

Mudança na rota das barcaças de transporte de celulose

O acordo que resultou na mudança da rota das barcaças que transportam celulose entre o terminal marítimo da Veracel, em Belmonte (Bahia), para o Portocel, em Aracruz (Espírito Santo), de onde são exportadas, é outro que pode ser considerado implementado. O uso de barcaças em substituição ao transporte rodoviário já representa em si um tremendo avanço em termos ambientais, com significativa redução das emissões de gases de efeito estufa por tonelada de madeira transportada. Representa ainda um aumento da segurança nas estradas, especialmente na Rodovia BR-101, que faz a ligação norte-sul e não é duplicada neste trecho. Cada barcaça retirou da rodovia 384 carretas.

A movimentação das barcaças, no entanto, representava um risco para os pescadores artesanais, especialmente aqueles que atuam na Reserva Extrativista (RESEX) Marinha do Corumbau, e para as baleias jubarte, que migram do sul para o Banco de Abrolhos no período de reprodução. O Fórum Florestal se debruçou durante mais de um ano sobre este assunto, por demanda dos pescadores da RESEX do Corumbau, e o resultado foi um acordo amplo, prevendo o afastamento da rota, primeiramente de oito para 10 e depois para 20 milhas náuticas, contornando a área protegida. Além deste afastamento, a Veracel implantou um sistema de monitoramento das populações de jubarte ao longo da rota e está colaborando para a instalação de um sistema de comunicação entre as colônias e associações de pescadores do território.

Sinalização e segurança nas estradas secundárias

A sinalização das estradas que ligam a BR-101 às comunidades e vilas turísticas litorâneas foi outra demanda social relevante adequadamente endereçada pelo Fórum. A drástica alteração da paisagem decorrente das plantações de eucalipto, agravada pela inconstância da mesma – a paisagem varia de acordo com os ciclos de plantio-desenvolvimento-corte das árvores – tornou incerto e inseguro o acesso a moradores e, principalmente, turistas. Este fator já começava a impactar a atividade turística destas localidades, uma vez que a região não dispõe de uma boa cobertura dos serviços de celular, que poderiam ser uma alternativa para a orientação dos motoristas.

O acordo, concluído em 2013, vem sendo implementado com sucesso desde então e inclui a instalação de placas de orientação e o recuo de linhas de plantio da beira das estradas, com o alargamento das vias principais. Uma medida que não entrou no acordo, mas que pode ser adotada, é o planejamento das atividades de colheita nestas estradas para períodos que não coincidam com os de maior afluxo de turistas. Esta medida reduzirá os riscos decorrentes de uma maior movimentação de maquinários e caminhões pesados juntamente com um número maior de carros de passeio.

Restrição de plantios na faixa litorânea

O último acordo efetivamente implementado foi o que estendeu à Fibria e à Suzano, em 2013, uma restrição que já era aplicada à Veracel desde 1998, como condicionante do seu licenciamento ambiental. Por este acordo, as três empresas se comprometem a não plantar, não fomentar e nem comprar madeira oriunda de áreas localizadas a menos de 10 km da faixa litorânea, nos municípios de Porto Seguro, Santa Cruz Cabrália e Belmonte. Ainda que tenha havido pelo menos uma denúncia de descumprimento deste acordo, pode-se considerar que a implementação do mesmo, até o momento, é satisfatória.

Uma amostra do quanto pode ser difícil e desafiador tirar um acordo do papel é o caso do recuo das plantações de eucalipto existentes a menos de 300 metros da linha de preamar ou das bordas das falésias. Além de ter sido um dos acordos mais difíceis de ser consensuados – foram mais de três anos de debates sobre o mesmo – até hoje, seis anos após sua publicação, muito pouco foi feito em campo e, no momento, há uma demanda de revisão por parte de Fibria e Suzano, as empresas afetadas pelo mesmo.

As questões que têm impedido o sucesso deste acordo podem oferecer pistas dos desafios da implementação de paisagens sustentáveis. Os primeiros talhões que foram recuados – ou seja, que são de propriedade de uma das empresas, tiveram sua madeira colhida e não foram mais plantados – sofreram invasões, para construção de moradias e até de pequenos negócios privados. A proposta original era restaurar as áreas críticas para corredores e proteção das falésias e ocupar com projetos sociais, educativos e comunitários os terrenos que tivessem essa vocação. No momento, há uma força-tarefa do Fórum analisando a situação e redesenhando a estratégia de recuo e ocupação dessas áreas.

Diretrizes para o fomento florestal

Este foi o primeiro acordo construído pelo Fórum Florestal e serviu como prova de fogo para o propósito de não ser apenas um espaço de diálogo, mas também uma instância para construir e acordar soluções aos principais problemas socioambientais decorrentes das plantações de árvores na região. Seu processo de elaboração levou quase dois anos de intensos debates entre os participantes e só foi concluído no final de 2006.

Este acordo surgiu num período em que as empresas do setor começavam a mudar sua postura com relação aos produtores fomentados. De uma atitude anterior ao estilo ‘Pilatos’ – *“a responsabilidade de fiscalizar o cumprimento das leis ambientais é do governo, não nossa”*, ouvi certa vez de um então diretor de uma das empresas – para uma ação ativa e proativa, exigindo e incentivando o cumprimento da legislação.

O melhor exemplo é sem dúvida a Veracel, a qual atualmente possui 100% de seus mais de 100 fomentados certificados tanto pelo FSC quanto pelo Cerflor. Durante o processo de certificação, iniciado em 2011, a Veracel trabalhou estreitamente com a ASPEX, entidade que representa seus produtores fomentados, e com a 2Tree, uma empresa local de consultoria em florestas e meio ambiente, que prestou serviços de apoio operacional, técnico e administrativo, auxiliando os fomentados no cumprimento das exigências para a certificação.

As principais dificuldades para os fomentados da Veracel cumprirem as exigências do FSC têm a ver com questões fundiárias e organização da documentação de suas propriedades, os controles dos processos internos de produção, o cumprimento do Código Florestal e as condicionantes e critérios sociais exigidos pelo FSC, bem como a ausência da cultura de sofrer auditorias externas entre os fomentados. Destaque-se que a maioria dos fomentados administravam informalmente suas fazendas, sem ferramentas de planejamento de médio e longo prazos e sem controles eficazes sobre os sistemas de produção. Logo, foi necessário prestar assessoria intensiva e constante, não apenas em áreas específicas de produção, mas também no passo a passo para conseguir as transformações necessárias para a certificação.

O processo de certificação culminou em múltiplos benefícios para os fomentados da Veracel. Os principais incluem a transferência de conhecimento técnico e de tecnologia, oportunidades de empregos locais (80 diretos e mais de 600 indiretos) e os programas de treinamento para os trabalhadores da silvicultura. O processo de certificação também catalisou uma série de investimentos e programas sociais, incluindo educação ambiental e um programa de desenvolvimento que beneficiou 2000 jovens da região.

Destacam-se também a criação de sistemas locais de gestão de resíduos (coleta de lixo e reciclagem) e melhorias na infraestrutura, com novas estradas, instalação de fossas sépticas, sistemas de água potável e reformas e manutenção de construções e residências.

Em razão destes benefícios reais, a ASPEX resolveu tornar a certificação uma exigência para todos os seus novos associados. Atualmente, quase cinco anos após o primeiro grupo obter a certificação, Veracel, ASPEX e 2Tree continuam a manter uma boa relação de trabalho e cooperação, em apoio aos fomentados.

Fibria e Suzano, por sua vez, continuam a enfrentar expressivos desafios nesta arena. Na região, nenhum dos 1700 fomentados da Fibria e apenas 153 dos 800 fomentados da Suzano possuem certificação. Estes fomentados não certificados são responsáveis por um área de 92 mil hectares de plantações de eucalipto. Nota-se uma tremenda oportunidade para expandir a certificação entre os fomentados, melhorando a sustentabilidade da cadeia produtiva em uma das regiões mais importantes do país para a produção de papel e celulose.

Embora o acordo do fomento tenha uma cláusula prevendo a criação de mecanismos para promover a certificação florestal dos fomentados, a certificação em si não seria uma obrigação. Mas, a exigência do cumprimento da legislação ambiental por parte dos fomentados, em especial o Código Florestal – com a proteção ou restauração das Reservas Legais e das Áreas de Preservação Permanente – era a expectativa mínima que havia quando da elaboração do acordo.

Ainda que oficialmente não haja uma correlação direta entre o baixo grau de cumprimento deste acordo por Fibria e Suzano e o Programa Arboretum, é natural supor que este programa foi consequência da lentidão destas empresas em implementar o acordo firmado no âmbito do Fórum. O fato é que em dezembro de 2011, ou seja, exatos cinco anos após a celebração do acordo, o Ministério Público do Estado da Bahia, por meio da Promotoria de Justiça Regional Ambiental de Teixeira de Freitas, firmou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com Fibria e Suzano.

Desde então, este programa vem promovendo ações no sentido de viabilizar a proteção e a restauração florestal de áreas críticas na região, com foco especial na adequação ambiental das propriedades que integram os programas de fomento florestal das empresas. Como membro do Pacto Pela Restauração da Mata Atlântica, o Arboretum tem entre seus objetivos a difusão do conhecimento sobre a produção de sementes e mudas de espécies nativas, a disseminação de métodos e tecnologias para a restauração de áreas adequadas à região e a geração de renda para comunidades rurais, associada às atividades da cadeia produtiva da restauração.

Realizações relativas à iniciativa New Generation Plantations

Dez anos atrás, a WWF lançou a plataforma New Generation Plantations (NGP), com a participação de diversas empresas e agências florestais governamentais. A ideia era identificar e promover melhores práticas para o manejo das plantações de árvores, com aprendizado e adoção de experiências de todo o mundo. Embora haja diferentes abordagens e contextos sobre o assunto, os participantes acreditam

que, na medida do crescimento das plantações de árvores nas próximas décadas, as mesmas podem e devem trazer benefícios reais às pessoas e à natureza.

Os participantes da NGP são responsáveis pelo manejo de 11 milhões de hectares, dos quais 45% dedicados ao cultivo. O restante constitui florestas conservadas e restauradas e demais ecossistemas naturais, junto com pastagens, pequenas culturas e infraestrutura.

A década passada foi de bastante progresso, como as viagens de estudo do NGP, nas quais os participantes puderam testemunhar exemplos de conflitos com comunidades indígenas, com conservacionistas e com pecuaristas que se transformaram em oportunidades para a cooperação. O NGP eBook (NGP 2017) oferece uma perspectiva do progresso realizado nos últimos 10 anos, através das experiências dos integrantes da iniciativa.

Um destes casos é a restauração da Mata Atlântica, na qual os participantes da NGP - Fibria, Suzano e Veracel - possuem áreas plantadas na Mata Atlântica, manejando juntas cerca de 2 milhões de hectares em todo o bioma. Cerca de metade desta área está plantada com eucalipto, sendo que quase a totalidade sobre antigos pastos altamente degradados. O restante foi reservado para a conservação. Nestas áreas, a Mata Atlântica tem encontrado grandes chances de restauração, seja pela regeneração natural, seja por ações específicas de plantio de espécies nativas.

Evidentemente, há muito espaço para melhoria. É essencial que empresas, organizações da sociedade civil, governos e pesquisadores continuem dialogando, compartilhando, aprendendo, planejando e trabalhando juntos, para aperfeiçoar a contribuição das plantações de árvores para as paisagens, para a sociedade e para a economia. Segundo Luis Neves, que coordena a NGP pelo WWF, *“o diálogo sobre plantações de árvores na paisagem é a oportunidade de avançar para a silvicultura da próxima geração, superando os desafios de sustentabilidade do amanhã”*.

QUESTÕES-CHAVE

O diálogo TPL Brasil proporciona um espaço qualificado e privilegiado para o intercâmbio de ideias, conhecimentos, saberes e experiências, com foco específico nos contextos brasileiro e do território visitado. Este intercâmbio tem como foco os cinco temas prioritários identificados durante o Diálogo Exploratório da Iniciativa TPL.

Apresentam-se a seguir estes cinco temas e algumas perguntas que visam nortear os debates durante o evento e as visitas de campo:

1. Plantações de árvores no contexto da agenda global de desenvolvimento sustentável:

- De que maneira as plantações de árvores podem contribuir para a implementação das metas internacionais relacionadas à biodiversidade (Metas de Aichi) e às mudanças climáticas (Acordo de Paris)?

- Considerando as metas nacionais de recuperação de áreas e reflorestamento, como as plantações de árvores devem ser contabilizadas? A monocultura de árvores e a restauração de ecossistemas nativos podem ser equiparadas e contabilizadas em conjunto, para alcançar as metas assumidas pelo Brasil?
- Quais são os principais desafios para a inserção das plantações de árvores na agenda global de redução da pobreza? Como estes desafios podem ser endereçados no Brasil, de maneira geral, e na região visitada, em particular?

2. O planejamento e a implementação da silvicultura e das iniciativas de restauração florestal sob uma abordagem de paisagens:

- Considerando que 11 municípios da região possuem planos de conservação e recuperação da Mata Atlântica – dez na Bahia e um no Espírito Santo, na fronteira com a Bahia – de que maneira as empresas e seus parceiros, podem contribuir para implementar as ações previstas nestes planos?
- Como ampliar a escala das ações de restauração produtiva (plantio de espécies nativas que conciliam propósitos ecológicos e econômicos) no território?
- Como estreitar as relações entre o Diálogo Florestal/Fórum Florestal do Extremo Sul da Bahia e o Pacto Pela Restauração da Mata Atlântica, para a ampliação da escala e da eficiência das ações de restauração na região?

3. Abordagens para promover boa governança e desenvolvimento inclusive:

- A oficina de avaliação do Fórum Florestal do Extremo Sul da Bahia, realizada no final do ano passado, apontou um conjunto de fortalezas e debilidades no funcionamento e efetividade desta instância. Como endereçá-las adequadamente, visando o fortalecimento e renovação do papel desta instância?
- Considerando que há várias instâncias de governança territorial na região – Fórum Florestal, comitês de bacia hidrográfica, consórcios intermunicipais, rede de gestores de áreas protegidas, conselho do Mosaico de Áreas Protegidas, etc. – como gerar sinergia e cooperação entre os mesmos, para amplificar a capacidade de planejamento e ação na escala da paisagem?
- Como atrair outros agentes que interferem na paisagem regional, especialmente aqueles relacionados a atividades produtivas com baixo grau de organização e representação?

4. Externalidades chaves, do ponto de vista dos diferentes atores regionais, relacionadas com o desenvolvimento e manejo das plantações de árvores:

- Quais são no momento as principais externalidades negativas decorrentes das plantações de árvores neste território? Como devem ser consideradas, sob uma perspectiva de paisagens sustentáveis?

- Quais são no momento as principais externalidades positivas decorrentes das plantações de árvores neste território? Como podem ser potencializadas, sob uma perspectiva de paisagens sustentáveis?

5. Diversificação do escopo e da composição das plantações de árvores, sustentabilidade da silvicultura, esforços para combater as mudanças climáticas e para amplificar as ações de conservação e o acesso e uso de novas tecnologias:

- Qual seria o passo-a-passo para a diversificação da cadeia produtiva de base florestal na região?
- Como reforçar nos planos municipais de conservação e recuperação da Mata Atlântica – elaborados sob a ótica da adaptação a mudanças climáticas com base nos ecossistemas – o papel das florestas nativas, das plantações de árvores e da restauração florestal ecológica e produtiva?
- Quais são as principais demandas de inovação, tanto em termos de tecnologias florestais quanto sociais, para viabilizar a implementação de paisagens sustentáveis nesta região?

REFERÊNCIAS

ADEODATO, S. Silvicultura e comunidades: Olhares sobre o presente e o futuro. Cadernos do Diálogo Florestal, Vol. 5. Coordenação: Miriam Prochnow. Atalanta (SC), APREMAVI. 64p. 2013.

BARAL, H.; GUARIGUATA, M.; KEENAN, R. A proposed framework for assessing ecosystem goods and services from planted forests. Ecosystem Services, CIFOR. 2016.

IBÁ – INDÚSTRIA BRASILEIRA DE ÁRVORES. Dados e estatísticas. Abril de 2015. Available at <http://iba.org/pt/dados-e-estatisticas>

FIBRIA. Relatório Fibria 2016: Um novo horizonte para todos. Available at <http://www.fibria.com.br/r2016/pdf/Fibria2016.pdf>

KANOWSKI, P. The Forests Dialogue Intensively Managed Planted Forests – Phase 2 Dialogue: Background Paper. The Forests Dialogue. 2015.

KANOWSKI, P.; MURRAY, H. (lead authors) Intensively Managed Planted Forests: Toward best practice. TFD Review n.1. 58p. 2008.

LIMA, W. P. Plantation forestry and water: science, dogmas, challenges. Writings of the Dialogue, Vol. 1. Coordination: Miriam Prochnow; translation: Eliana Jorge Leite. Rio de Janeiro, Instituto BioAtlântica. 64p. 2011.

MACHADO, F.; ANDERSON, K. Brazil's New Forest Code: a guide for decision-makers in supply chains and governments. Translation: Marcel Viergever. Brasília (DF), WWF Report BR. 60p. 2016.

MESQUITA, C.A.B; HOLVORCEM, C.G.D.; TAMBOSI, L.R.; SILVA, S.C. Sustainable Forest Mosaics: Integrated biodiversity monitoring and forest restoration guidelines. Writings of the Dialogue, Vol. 3. Translation: Beverly Victoria Young. Rio de Janeiro (RJ), Conservation International (CI-Brazil). 55p. 2012.

NGP, NEW GENERATION PLANTATIONS. Plantations for people, planet and prosperity: 10 years of the New Generation Plantations platform 2007–2017. Writer: Barney Jeffries; Coordination: Luis Neves Silva. WWF. 104p. 2017.

PÁDUA, C.B.V.; CHIARAVALOTTI, R.M. Silviculture and biodiversity. Writings of the Dialogue, Vol. 4. Coordination: Miriam Prochnow. Rio do Sul (SC), APREMAVI. 64p. 2012.

REPÓRTER BRASIL (org.). Deserto Verde: Os impactos do cultivo de eucalipto e pinus no Brasil. Organização de Comunicação e Projetos Sociais. Apoio: Fundação Rosa Luxemburgo. Pesquisa: Carlos Juliano Barros e André Campos (colaboração). 2011.

SILVA, L. New Generation Plantations, Towards Sustainable Intensification. FAO Unasylva 247/248 pp62-66. 2016.

SUZANO PAPEL E CELULOSE. Relatório de Sustentabilidade 2016. Available at <http://www.suzano.com.br/wp-content/uploads/2017/07/Relat%C3%B3rio-de-Sustentabilidade-2016.pdf>

VERACEL. Da Bahia para o mundo: Relatório de Sustentabilidade 2017, ano base 2016. Available at <http://dabahiaparaomundo.veracel.com.br/>